

SOBERANIA EM RISCO: A ENTREGA DE ATIVOS ESTRATÉGICOS E A URGÊNCIA DE UMA GRANDE ESTRATÉGIA NACIONAL

A abertura pós-1985 transferiu setores estratégicos brasileiros ao capital estrangeiro, criando dependência crônica e erosão da soberania; sem uma Grande Estratégia de reindustrialização e autonomia tecnológica, o Brasil seguirá um gigante de pés de barro: rico em recursos, mas refém de interesses externos.

Carlos A. Klomfahs*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Onde erramos?

Nesta oportunidade, este artigo analisa *en passant* as vulnerabilidades estruturais da economia brasileira, argumentando que, desde o processo de redemocratização, o país tem progressivamente cedido o controle de setores estratégicos para corporações estrangeiras. Através de uma metodologia que combina instrumentos da micro e macroeconomia, da logística e da administração pública, examina-se, *prima facie*, como decisões políticas e econômicas em áreas como energia, segurança alimentar, infraestrutura e tecnologia criaram uma dependência externa crônica, comprometendo a soberania nacional e o desenvolvimento sustentável.

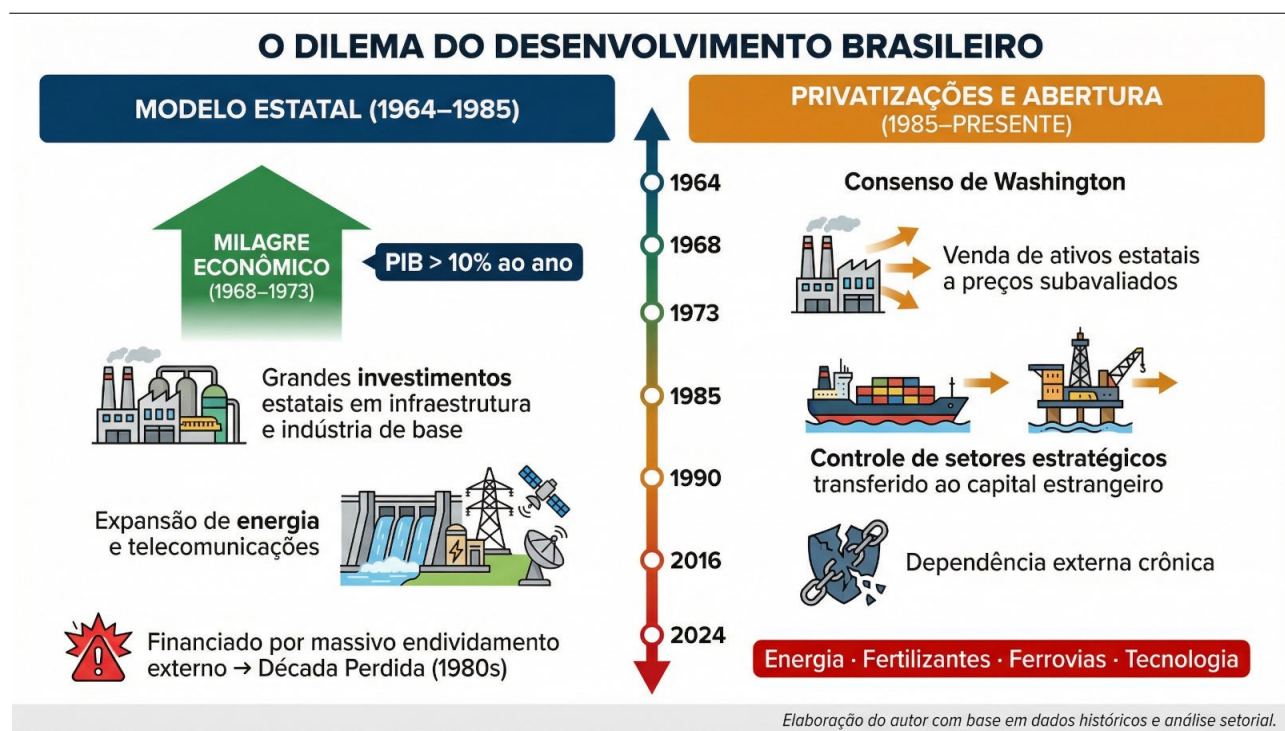
Como a análise histórica demonstra *a posteriori*, embora o período militar tenha apresentado um crescimento contínuo, este foi construído sobre um endividamento que

preparou o terreno para as privatizações e a abertura que se seguiram, “vendendo” partes cruciais do país e expondo sua espinha dorsal econômica a interesses externos.

Portanto, sem uma Grande Estratégia, nas palavras do meu orientador professor-doutor Guilherme Sandoval Góes, ou um Projeto de Nação como dito pelo comandante Robinson Farinazzo repetidas vezes, e como eu mesmo apresentei pessoalmente ao Supremo Tribunal Federal, nas mãos da Chefe de Gabinete do ministro Luís Roberto Barroso em 2018, que coloque a reindustrialização e a autonomia tecnológica no centro, o Brasil continuará a ser um gigante de pés de barro, rico em recursos, mas pobre em controle sobre sua própria riqueza e desenvolvimento.

INTRODUÇÃO: O DILEMA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

A trajetória econômica do Brasil é marcada por ciclos de crescimento e estagnação, com um debate persistente sobre o papel do Estado versus do mercado. A questão sobre se o desenvolvimento contínuo ocorreu apenas durante o regime militar (1964-1985) é complexa.



Elaborado com base na análise histórica dos ciclos econômicos. O infográfico contrasta o período de forte crescimento impulsionado por investimentos estatais (1964-1985) com o subsequente processo de abertura e privatizações, que resultou na transferência do controle de setores estratégicos nacionais para o capital estrangeiro e no aumento da dependência externa.

Dados históricos mostram que o chamado “Milagre Econômico” (1968-1973) de fato exibiu taxas de crescimento do PIB superiores a 10% ao ano, um feito notável impulsionado por grandes investimentos estatais em infraestrutura e indústria de base. No entanto, esse

crescimento foi financiado por um massivo endividamento externo, que, somado à crise do petróleo na década de 1970, levou à estagnação e hiperinflação nos anos 1980, a “década perdida”.

Com a redemocratização em 1985, o Brasil se viu diante da necessidade de estabilizar a economia e modernizar seu parque industrial, e a solução adotada, em linha com o Consenso de Washington, foi um amplo programa de privatizações e abertura comercial. A premissa era que a venda de ativos estatais e a atração de capital estrangeiro trariam eficiência, inovação e alívio fiscal.

Contudo, neste artigo argumento que essa estratégia, implementada ao longo de sucessivos governos, resultou na venda de setores estratégicos a preços subavaliados e na criação de vulnerabilidades críticas que hoje travam o desenvolvimento nacional, em do interesse estrangeiro.

ENERGIA: O MOTOR DA ECONOMIA E O DRENO DE RIQUEZA

Sob a perspectiva geopolítica e da geografia física, a energia é um insumo fundamental para qualquer economia moderna, com impacto direto na competitividade da indústria e no controle da inflação. No Brasil, a política energética, especialmente no setor de petróleo e gás, exemplifica o dilema entre privatização e estatização.

Os maiores investidores estrangeiros na Petrobras incluem grandes gestores de ativos globais, com destaque para a GQG Partners LLC (aproximadamente 7,76% das ações preferenciais) e a BlackRock, Inc., aliás, a mesma empresa interessada na guerra da Ucrânia, que detém fatias significativas tanto de ações ordinárias quanto preferenciais. Fundos dos Estados Unidos e Reino Unido dominam, impulsionados pela produção sólida e dividendos, tornando a estatal uma das preferidas na América Latina.

O PARADOXO DO REFINO E A DEPENDÊNCIA DE IMPORTADOS: TERRA BRASILIS

A Petrobras, criada por Getúlio Vargas em 1953, foi por décadas o símbolo da soberania energética nacional. No entanto, a partir dos anos 2010 e com aceleração após 2016, a empresa passou por um profundo processo de desinvestimento, focando na exploração e produção de óleo bruto (especialmente no pré-sal) e negligenciando a etapa de refino.

O resultado, como todos sabemos, é um paradoxo logístico e econômico: o Brasil se tornou um dos maiores produtores de petróleo do mundo, mas depende da importação de derivados como diesel e gasolina para abastecer o mercado interno.

Logo, essa dependência expõe o país à volatilidade dos preços internacionais e da taxa de

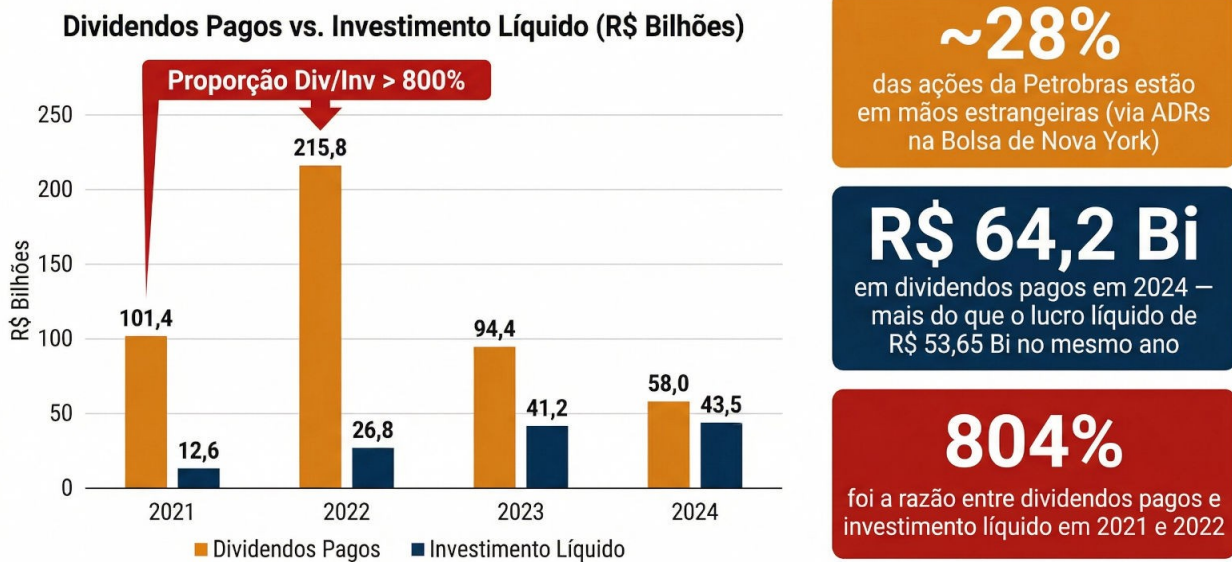
câmbio. Mesmo com a adoção da política de Preço de Paridade de Importação (PPI) em 2016 atrelando os preços dos combustíveis no Brasil diretamente ao mercado global e ao dólar, tornando-se um dos principais vetores inflacionários, estudos demonstram que o aumento dos combustíveis e da energia elétrica, em grande parte privatizada, teve impacto significativo no IPCA, corroendo o poder de compra da população e aumentando os custos de produção em toda a cadeia produtiva.

DIVIDENDOS VS. INVESTIMENTOS: A RIQUEZA QUE MINA PARA O EXTERIOR

O foco da Petrobras na maximização de lucros para os acionistas, em detrimento do investimento estratégico, é um ponto central da vulnerabilidade. Entre 2021 e 2024, a empresa distribuiu centenas de bilhões de reais em dividendos, com uma parcela significativa destinada a investidores estrangeiros, que detêm uma grande porcentagem das ações via *American Depositary Receipts* (ADR) negociadas na Bolsa de Nova York. Uma reportagem de 2025 da Associação dos Engenheiros da Petrobras, informa que a empresa pagou R\$ 64,2 bi em dividendos em 2024, mais do que lucro de R\$ 53,65 bilhões.

Em 2021 e 2022, a razão entre dividendos pagos e investimento líquido chegou a alarmantes 804%.

A DRENAGEM DA RIQUEZA: DIVIDENDOS VS. INVESTIMENTOS NA PETROBRAS



Fonte: Elaboração do autor com base em dados da Petrobras e Associação dos Engenheiros da Petrobras (2025).

Elaborado com base no “Comparativo de dividendos, investimentos e participação estrangeira na Petrobras” (Associação dos Engenheiros da Petrobras, 2025). A visualização mostra a desproporção entre o volume de lucros distribuídos aos acionistas, com forte participação estrangeira via ADRs, e os valores efetivamente reinvestidos na capacidade produtiva da estatal.

Ora, esse capital, ao invés de ser reinvestido na ampliação da capacidade de refino ou em novas tecnologias, é remetido para o exterior, drenando a riqueza gerada a partir de um

recurso natural brasileiro.

SEGURANÇA ALIMENTAR E INFRAESTRUTURA: PILARES FRAGILIZADOS

A mesma lógica de dependência se repete em outros setores críticos para a soberania e o desenvolvimento do país, vejamos:

FERTILIZANTES: A LAVOURA EM MÃOS ESTRANGEIRAS

O agronegócio é um dos principais motores da economia brasileira, mas sua base é extremamente vulnerável, na medida em que o Brasil importa cerca de 90% dos fertilizantes que consome, com a dependência de potássio chegando a 97%. Ainda que essas importações venham de um país aliado como a Rússia, nossas Linhas de Comunicações Marítimas são vulneráveis, dada a distância entre os países, e não temos capacidades de escoltas navais sobre nossa Marinha Mercante, exatamente porque os países em conflito são também nossos aliados!

Pois bem, essa fragilidade foi exposta durante a Guerra Russo-Ucraniana, que ameaçou o fornecimento global e elevou os custos de produção.

A situação foi agravada pelo fechamento de Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobras (FAFENs) nos últimos anos, movimento que aprofundou a dependência externa em nome de uma reestruturação de portfólio da estatal. Embora o Plano Nacional de Fertilizantes tenha sido lançado para mitigar essa dependência, ele avança lentamente, mantendo o país refém da geopolítica e da logística internacional.

INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA: TRILHOS PARA A EXPORTAÇÃO, NÃO PARA A NAÇÃO

Historicamente, o Brasil optou pelo modal rodoviário – mais caro e poluente – em detrimento de uma malha ferroviária integrada. Esse foco visava atender a interesses de potências estrangeiras, subestimando o impacto no mercado de trabalho. Priorizou-se o aumento do contingente de caminhoneiros e toda a cadeia produtiva subsequente (gastos permanentes com obras, abertura para concessionárias, postos de combustíveis, manutenção, insumos e pedágios) em vez do baixo custo de manutenção, do menor risco de corrupção e da redução de desvios de verbas típicos do setor ferroviário, enfim.

As privatizações no setor ferroviário nos anos 1990 e o novo Marco Legal das Ferrovias focaram em corredores de exportação para *commodities* como minério de ferro e soja. Embora o volume de carga transportada tenha batido recordes, a maior parte serve para ligar as zonas de produção aos portos, negligenciando o transporte de carga geral e a integração do mercado interno.

E é exatamente essa deficiência logística que gera grande parte do tão decantado “Custo Brasil”, que encarece produtos e reduz a competitividade de indústrias não ligadas à exportação de matérias-primas.

DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA: O COLONIALISMO DIGITAL

O que tenho defendido junto com outros pesquisadores, como o professor William de Sousa Moreira, da Escola de Guerra Naval, e outros de renome, é a vulnerabilidade mais profunda e talvez mais difícil de reverter: a tecnológica. Explico:

O Brasil é um mero consumidor de tecnologia estrangeira, sem produção relevante de *hardware* (*smartphones*, computadores, semicondutores) e com um ecossistema de *software* amplamente dominado pelas *Big Techs* internacionais. Mesmo projetos para criar uma indústria nacional de *chips*, como o CEITEC, fracassaram por falta de investimento contínuo e visão estratégica.

Essa total dependência significa que o Brasil não apenas remete bilhões de dólares em *royalties* e pagamentos por produtos e serviços, mas também entrega seus dados, sua comunicação e a gestão de sua infraestrutura crítica à espionagem industrial e comercial, e à corporações e governos estrangeiros.

Em um mundo onde a soberania digital é sinônimo de soberania nacional, o país se encontra em uma posição de extrema fragilidade.

SÍNTESE CONCLUSIVA: CHAMADO À REINDUSTRIALIZAÇÃO, AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL E À SOBERANIA

Isto posto, a análise histórica e setorial revela um *leitmotiv* claro: a venda de ativos estratégicos e a abertura indiscriminada ao capital estrangeiro, iniciadas após a redemocratização, criaram um modelo de desenvolvimento que beneficia interesses externos em detrimento da soberania e do bem-estar da população brasileira.

A priorização de dividendos sobre o investimento em refino, a dependência de fertilizantes importados, uma infraestrutura logística voltada para a exportação de *commodities* e a ausência de uma base tecnológica própria são sintomas de uma mesma perda de controle sobre o próprio desenvolvimento nacional.

Reverter esse quadro exige uma mudança de paradigma, a participação da sociedade contra os “vendilhões da República”, presentes em todos os partidos políticos, agentes públicos da burocracia estatal, na iniciativa privada, na imprensa “vendida” e nos agentes

estrangeiros atuando no país.

Dito isso, precisamos urgentemente de uma revolução e “tomada do poder” sem sangue e sem violência, apenas respeitando o princípio da soberania popular que se sobrepõe a todos os poderes da República.

É preciso retomar o planejamento estratégico de longo prazo, com políticas industriais que incentivem a produção local em setores-chave, desde o refino de petróleo e a produção de fertilizantes, até o desenvolvimento de tecnologia.

É evidente que isso não significa um retorno ao protecionismo isolacionista, mas uma gestão inteligente da interdependência global, onde o interesse nacional e a soberania são inegociáveis.

Repito: sem uma Grande Estratégia, nas palavras do meu orientador Guilherme Sandoval, ou um Projeto de Nação, como dito pelo comandante Robinson Farinazzo, e como eu mesmo apresentei pessoalmente ao Supremo Tribunal Federal, nas mãos da Chefe de Gabinete do Ministro Luís Roberto Barroso em 2018, que coloque a reindustrialização e a autonomia tecnológica no centro, o Brasil continuará a ser um gigante de pés de barro, rico em recursos, mas pobre em controle sobre sua própria riqueza e desenvolvimento.

**Carlos A. Klomfahs é advogado, especialista em Direito Internacional dos Conflitos Armados e operador de Inteligência. Egresso curso de geopolítica da ECEME e estratégia marítima da Escola de Guerra Naval. É mestrando no Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) da Escola Superior de Guerra.*
